



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

Mensagem Nº. 11/2023

Cariré/CE, 10 de abril de 2023.

Excelentíssima Senhora Presidente;

Senhores Vereadores,

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

10 / 04 / 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRÉ

CNPJ: 35.049.345/0001-14

CGC: 06.920.403-9

*Botila*

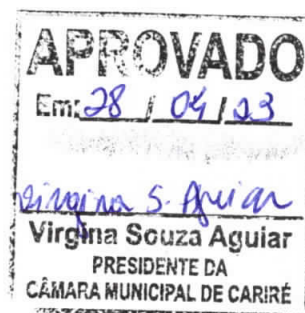
Dirigimo-nos a Vossa Excelência e a seus digníssimos Pares, para encaminhar à consideração deste Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei para apreciação referente à **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024**, em cumprimento as determinações legais, de forma que, procuramos estabelecer todas as formalidades legais aplicáveis, que serão obedecidas e aplicadas quando na elaboração da **PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA** para o Exercício em tela, em restrita observância das normas constitucionais, ademais, todas as exigências da Lei Federal 4.320/64 e da Lei Complementar 101/2000(LRF).

Isto posto, almejamos o apoio necessário de Vossa Exa. e insignes Pares, certo de que esse Projeto de Lei por sua relevância, oportunidade e legalidade, há de merecer o acolhimento de Vossa Excelência e dos demais nobres Senhores Vereadores, mercê do seu elevado espírito público, subscrevo-me, renovando a certeza de meu respeito e admiração.

Atenciosamente,

  
**Antonio Rufino Martins**  
**Prefeito Municipal**

A  
Exma. Sra.  
DD. Presidente da Câmara Municipal.  
Nesta





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**PROJETO DE LEI Nº 11/2023, DE 10 DE ABRIL DE 2023.**

**EMENTA: “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências.”**

O Prefeito Municipal de Cariré, Estado do Ceará, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município para 2024:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. a organização e estrutura dos orçamentos;
- III. as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações
- IV. as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V. as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI. as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII. as disposições finais.

**§ 1º** - Os orçamentos municipais e respectivas contabilizações pelo método das Partidas Dobradas, das Contas de Governo e Contas de Gestão, obedecerão para fins de registro, demonstrativo e consolidação, além de códigos locais, as seguintes disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

- I. Anexo I, Especificação da Receita;
- II. adendo I, Especificação dos Elementos da Despesa;
- III. adendo IV, Especificação da Despesa;
- IV. anexo V, Classificação Funcional-Programática com código e estrutura;
- V. quadros demonstrativos dos Adendos V, VI, VII, VIII e XI.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**Art. 2º** - O Plano Plurianual para o período de 2022 A 2025, estabeleceu as prioridades e as metas para o exercício de 2024, sendo esta Lei regra estabelecida para elaboração da Lei Orçamentária 2024, podendo o orçamento incorporar as adequações necessárias.

**§ 1º** - Os ANEXOS de METAS FISCAIS e RISCOS FISCAIS, partes integrantes desta lei terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2024, não constituindo as últimas em limite à programação das despesas, deverão ser preenchidos de acordo com as metas estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional:

- a) Anexos de Riscos Fiscais – ARF - Tabela 1 - Demonstrativo dos riscos fiscais e providências;
- b) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 1 - Demonstrativo 1 – metas anuais;
- c) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 2 - Demonstrativo 2 – avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- d) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 3 - Demonstrativo 3 – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- e) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 4 - Demonstrativo 4 – evolução do patrimônio líquido;
- f) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 5 - Demonstrativo 5 – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- g) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 6 - Demonstrativo 6 – avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- h) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 7 - Demonstrativo 7 – estimativa e compensação da renúncia de receita;
- i) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 8 - Demonstrativo 8 – margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

**§ 2º** - Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais, e qualquer outra ocorrência no SISTEMA MONETÁRIO NACIONAL, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado para adequá-la os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial a estas modificações, os quais terão seus valores corrigidos imediatamente, para que o equilíbrio dos referidos sistemas, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou definitivamente a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.

**§ 3º** - Os projetos constantes do Plano Plurianual de Investimentos poderão ser revistos e atualizados de modo a assegurar a projeção continuada de 04 (quatro)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

anos, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 23 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 3º** - As receitas próprias e de órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista desta Lei, somente poderão ser programadas para atender integralmente suas necessidades relativas a despesas administrativas e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, inclusive investimentos como aquisição de bens, obras e serviços de engenharia.

**Art. 4º** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, obedecido ao disposto na Lei Federal n.º 4.320/64 e o § 5º do art. 42 da Constituição Estadual, para exame e deliberação da Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, será constituído de:

- I. texto de lei;
- II. consolidação dos quadros orçamentários;
- III. anexos dos orçamentos, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

**§ 1º** - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os comprovantes referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- I. Do resumo das receitas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- II. do resumo das despesas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- III. da receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme anexo I da Lei n.º 4.320/64, de 1964, e suas alterações;
- IV. das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- V. das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder do órgão, por grupo de despesas e fontes de recursos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

- VI. das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, programa, subprograma e grupo de despesa;
- VII. dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão;

**§ 2º** - Acompanharão o projeto de Lei Orçamentária Anual, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares o efeito, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda da receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal;

**§ 3º** - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada.

**Art. 5º** - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Órgãos e Fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

**Art. 6º** - Para efeito do disposto neste artigo, o Poder Legislativo, os Órgãos descentralizados e as Secretárias de Governo, as administrações dos Fundos Especiais, demais administrações dos órgãos públicos municipais encaminharão até o dia 28 de agosto de 2023, à Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária, suas respectivas propostas orçamentária, para fins de exame técnico de viabilidade e consolidação, sob pena de terem suas propostas fixadas com base nos atuais custos administrativos.

**Art. 7º** - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**§ 1º** - As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo poderão ser identificadas por Projeto e Atividades, com indicação das Contas Orçamentárias de acordo com a ação a ser executada.

**§ 2º** - Os subprojetos e subatividades, se for o caso, serão agrupados em projetos e atividade, contendo uma sucinta descrição dos respectivos objetos.

**§ 3º** - No projeto de Lei Orçamentária Anual poderá ser atribuído a cada subprojeto e subatividade, para fins de processamento, um código numérico sequencial.

**§ 4º** - O enquadramento dos subprojetos e subatividades na classificação funcional-programática deverão observar genericamente os objetivos precípuos dos projetos e atividades, independentemente da entidade executora e do detalhamento da despesa.

**§ 5º** - As modificações propostas nos termos do art. 166, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos numéricos sequenciais da proposta original.

**§ 6º** - As fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas mediante publicação de ato do Poder Executivo, sendo utilizados na mesma destinação sem a necessidade de crédito adicional, para atender as necessidades de execução logística do projeto e ou atividade respectiva através de detalhamento da despesa, utilizando os mesmos recursos para os fins respectivamente programados.

**Art. 8º** - A Conta Orçamentária destina-se a indicar o responsável pela execução e será identificada na Lei Orçamentária e créditos adicionais pelo código geral (00.00.00.000.0000.0.000.0000) conforme abaixo:

- I. 00 = Código inicial que identifica o órgão
- II. 00 = Código que identifica da Unidade Orçamentária;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

- III. 00 = Código que identifica a função;
- IV. 000 = Código que identifica a Subfunção;
- V. 0000 = Código que identifica o Programa segundo o PPA;
- VI. 0 = Tipo de Conta Orçamentária Projetos ou Atividades, sendo números ímpares projetos e números pares Atividades;
- VII. 000 = Código que identifica a sequência dos projetos ou atividades.
- VIII. 0000 = Código que identifica a sequência dos subprojetos ou subatividades, caso exista necessidade na conta orçamentária.

**Art. 9º** - Os créditos adicionais utilizarão idêntica forma de codificação e programação estabelecida para a Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - Acompanharão os projetos de lei relativos a autorizações de créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem, podendo ser colocado na mensagem de Lei.

**§ 2º** - Cada Projeto de Lei e Decreto deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional, indicando os novos programas ou os programas a serem suplementados, ocorrendo à abertura e respectivo desdobramento como preceituam os arts. 43 e 46 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 10** - Nas previsões de receita e na programação da despesa observar-se-á nas previsões de receitas:

a) - Nas previsões de receitas:

I - Observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

II - Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

III - Poderá ser aberta Operação de Crédito mediante autorização por Lei Específica e o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

IV – Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação.

**b)** – Na programação da despesa não poderão ser:

- I. fixadas despesas, sem que estejam definidas e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II. incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;
- III. atenderá ao Princípio da Unidade de Tesouraria, todas as receitas orçamentárias estarão centralizadas.

**Parágrafo Único** - O total de emendas à proposta orçamentária não poderá exceder ao limite total do orçamento fixado.

**Art. 11** - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa da programada, exceto se comprovado documentalmente, erro na fixação desses recursos.

**Art. 12** - As dotações a título de subvenções sociais deverão ser destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I. Seja de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, Cultura e Desportos;
- II. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- IV. ter sede ou desenvolvam suas atividades no Município;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

- V. assegurem a destinação de seu patrimônio a outra instituição com o mesmo fim e com sede no Município, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

**§ 1º** - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declarações de funcionamento regular, emitida no exercício de 2024 e comprovante de regularização do mandato de sua diretoria.

**§ 2º** - A destinação de recursos à entidade privada com sede no município para atendimento às ações de assistência social, saúde, educação, cultura e desportos serão realizadas por intermédio de transferências intergovernamentais, mediante plano de aplicação indicada a unidade de medida de desempenho e requerimento do seu titular, devendo sua prestação de contas ocorrer até o último dia útil do Exercício a que se refere a presente Lei, composta dos seguintes documentos:

- a. relatório consubstanciados das atividades;
- b. recolhimento do saldo monetário que houver;
- c. comprovação de desempenho.

**§ 3º** - A destinação de recursos transferidos diretamente pelo Sistema Único de Saúde, para entidades que estejam vinculadas a União, deverá ser feito mediante receita e despesa orçamentária demonstrando ao origem de recurso, ao qual, o Município atua apenas como transferidor e na fiscalização do recurso transferido.

**Art. 13** - É vedada a inclusão de dotação, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I. voltadas para o ensino especial ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional da Comunidade (CNEC).
- II. Cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos oriundos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências estrangeiras governamentais; e,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

- III. Voltadas para as ações de saúde prestadas por entidade vinculada ao SUS ou quando financiadas com recursos de organismos internacionais.
- IV. Para Associações de classe mediante repasse com prestações de contas que seus recursos foram destinados aos Associados.
- V. Mediante aplicação de recursos por entidades sociais locais para execução de pequenas obras e investimentos necessários a comunidade, mediante apresentação de prestação de contas e prévio projeto de aplicação dos recursos.

**Art. 14** - As transferências de recursos do município consignadas na Lei Orçamentária Anual, para as instituições, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, patrocínio a eventos, a pessoas físicas e jurídicas serão realizadas exclusivamente mediante contrato, convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica, as repartições de receitas tributárias, as operações de créditos para atendê-la a estado de calamidade pública legalmente conhecido por ato do Poder Executivo, e dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, desde que não esteja inadimplente com:

- I. o fisco da União, inclusive com as contribuições de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição;
- II. as contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços; e,
- III. a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajuste, subvenções, auxílios e similares;
- IV. fisco do Município.

**§ 1º** - Caberá ao órgão transferidor do município:

- I. a exigência de indicação compromissada de um preposto coordenador do programa; e,
- II. acompanhar a execução das subatividades ou subprojetos desenvolvidos com os recursos transferidos.

**§ 2º** - As transferências previstas neste artigo serão feitas mediante apresentação de plano de trabalho, devendo o empenho ocorrer até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congêneres, e os demais registros próprios nas datas da ocorrência dos fatos correspondentes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**§ 3º** - Na concessão de crédito ou patrocínio a pessoa física ou jurídica, associação ou entidade, destinado a atividades desportivas e culturais, apoio a liga desportiva, associação desportiva para implementação de Competições Esportivas Regionais ou apoio a atividades culturais no âmbito da Sociedade local.

**§ 4º** - Nos recursos transferidos pelo Governo como incentivo a Classes de Trabalhadores, abono, produção ou qualquer outro benefício, poderá ser pago mediante apresentação de convênio com Associação de Classe em conformidade com as exigências contidas nos incisos I, III e IV do *caput*.

**Art. 15** - Serão constituídas, nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, RESERVA DE CONTINGÊNCIA aos respectivos orçamentos até o limite máximo de 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, ficando os critérios e regras para sua utilização exigida no inciso III do art. 5º da LRF, estabelecidos da seguinte forma:

**§ 1º** - Da anulação dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos na Lei Orçamentária 2024, somente para Suplementação de Despesas relativas eventos fiscais imprevistos e falhas na previsão orçamentária, relacionados a:

I - Investimentos;

II - Pessoal e Encargos Sociais;

III - Refinanciamento da Dívida Pública Municipal;

IV - Inserção de Despesas novas em virtude da implantação de Programas novos, cujas despesas, correrão à conta de Dotação já constante no Orçamento;

**§ 2º** - Atendimento de Passivos Contingentes e Outros Riscos Fiscais imprevistos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**§ 3º** - Considerando o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, caso não seja utilizada a Reserva de Contingência durante o exercício, esta poderá ser anulada nos últimos 61 (sessenta e um) dias no ano para reforço das dotações orçamentárias.

**Art. 16** - O Município apresentará no exercício de 2024, resultado primário equivalente a pelo menos de acordo com as metas estimada para o Exercício, previstos nos quadros anexos.

**Art. 17** - À programação a cargo da Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária incluir-se-á as dotações destinadas a atender as despesas com:

- I. pagamento da dívida interna; e,
- II. pagamentos dos precatórios sob o controle da Procuradoria Municipal de acordo com as Funções de Governo;

**§ 1º** - As demais Secretarias incluirão dotações destinadas a manutenção dos serviços anteriormente criados e para aquisição de bens de capital, necessários ao perfeito funcionamento e operacionalidade de suas atribuições e competências administrativas, subordinadas as respectivas contas de gestões sobre as quais responsáveis prestarão contas regulares.

**§ 2º** - Os programas de Educação e os de Saúde, à conta dos respectivos fundos especiais, poderão ser suplementados e efetuadas as transposições de dotações que se fizerem necessários, utilizando recursos orçamentários dos mesmos programas, destinados a agilizar o processo de aplicação, do cumprimento das obrigações constitucionais e, para manutenção dos efeitos da descentralização.

**§ 3º** - O Poder Executivo é autorizado a utilizar fundos de outros programas para suplementar os recursos orçamentários destinados à Educação e ao Sistema de Saúde, quando estes se tornarem insuficientes para os cumprimentos de suas obrigações constitucionais e, os recursos financeiros vinculados estejam disponíveis.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**§ 4º** - A destinação de recursos para atender as despesas com ações e serviços públicos de educação e saúde obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

**Art. 18** - O sistema de Controle Interno junto ao Setor Tributário gravará na conta DIVERSOS RESPONSÁVEIS e ao final do exercício financeiro como Dívida Ativa Não Tributária, em nome do respectivo responsável, o valor global dos recursos liberados e aplicados com prestação de contas irregular, para atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal e os arts. 80 e seus §§ e os arts. 81, 83, 84 e do 87 a 90 e 93 do Decreto-Lei n.º 200/67, de 25/02/67, emitida pelas Cortes de Contas.

**Parágrafo Único** - A baixa na responsabilidade do registro da conta Diversos Responsáveis ou sua inclusão na Dívida Ativa obedecerá ao resultado do julgamento das contas no exercício de 2024 e do pagamento da multa imposta.

**Art. 19** - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 200, 206 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e conterà, dentre outros.

**§ 1º** - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

**§ 2º** - As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

- I. - Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

- II. Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda;
- III. Melhoria dos serviços prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde

**Art. 20** - O orçamento da seguridade social discriminará as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas dos órgãos e unidades orçamentárias.

**Art. 21** - Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - As despesas com o refinanciamento da dívida pública municipal, interna e externa, serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com serviço da dívida.

**Art. 22** - Entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do Município com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais contribuições recolhidas às entidades de previdência.

**§ 1º** - Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

**§ 2º** - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**§ 3º** - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

- I – De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;
- V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico custeadas por recursos provenientes:
  - a) a arrecadação de contribuições dos segurados;
  - b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
  - c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

**Art. 23** – Para fins do disposto no *caput* do Art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal em cada período não poderá exceder a sessenta por cento (60%) da receita corrente líquida estabelecida as seguintes proporções:

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo; e,
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

**Parágrafo Único** - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais de que trata o parágrafo anterior.

**Art. 24** – O aumento, reajuste Salarial e a concessão de vantagens dos Servidores e Cargos Públicos, de acordo com o piso salarial e Legislação de cada profissão, por cargos ou de forma geral, será autorizado de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras por Lei Municipal Específica, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

I – As exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;

II – o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

**Parágrafo Único** – Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta dias) anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 21.

**Art. 25** - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nesta lei será realizada ao final de cada Quadrimestre ou Semestre de acordo com as regras estabelecidas na Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo Único** – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder:

I – Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 26** - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos nesta lei, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da LC n. 101/2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**Parágrafo Único** - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

**Art. 27** A Contratação através de Concurso Público poderá ocorrer conforme previsão no § 1º, do art. 169, da Constituição Federal, efeito do disposto nos incisos I, II, e X, do art. 37 e inciso II, bem como na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido que a contratação de cargos ou empregos de provimento efetivo ou em comissão somente ocorrerá se:

- I - Existirem cargos ou empregos vagos a preencher;
- II - Prévia dotação orçamentária e financeira para atender a despesa, podendo ser suplementada até ao limite de suplementação de acordo com as normas estabelecidas pelo Art. 165 § 8º da Constituição Federal e Art. 43 da lei 4.320/64;
- III - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

**Art. 28** - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observado o disposto nesta lei e a pelo menos uma das seguintes condições:

- I - Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da Lei Complementar n. 101/2000 e que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- II - Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou na diminuição de Despesas Públicas.

**§ 1º** - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral ou específico, alteração de alíquota ou



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**§ 2º** - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

**§ 3º** - O disposto neste artigo não se aplica as alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

**Art. 29** - A Prescrição de crédito de Dívida Ativa poderá ocorrer desde que os respectivos custos de cobrança, considerando o valor do Processo para Administração Pública em geral, exceder o valor da dívida, mediante apresentação de estimativa de custos no âmbito judicial, administrativo ou quando lei dispuser deste montante.

**Art. 30** - Não será aprovado projeto de lei, que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem que se apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente ou na diminuição de despesas públicas.

**Parágrafo Único** - A lei mencionada no *caput* deste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

**Art. 31** - É vedado ao Município durante a execução orçamentária do exercício a que se refere a presente lei e após lançamento da obrigação tributária e respectiva notificação, sem prévia autorização legislativa:

- I. conceder anistia ou redução de imposto ou taxas;
- II. deixar de cobrar os acréscimos por atraso de pagamento;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

- III. aumentar o número de parcelas;
- IV. proceder ao encontro de contas;
- V. efetuar a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito de crédito contra a Fazenda Municipal.

**Parágrafo Único** – os valores dos impostos e taxas poderão ser atualizados monetariamente e cobrados, observado o seguinte:

- I. o valor venal dos bens imóveis junto ao mercado de imóveis; e,
- II. os custos operacionais dos serviços postos a disposição dos contribuintes e executados à custa do erário municipal.

**Art. 32** – Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – a disponibilidade da conta Bancos constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II – a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar O resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III – as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundamental, inclusive empresa estatal dependente;

IV – as receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V – as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto à terceiro, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

**Art. 33** - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de junho do corrente exercício (2023), apresentando-se a receita nos três últimos exercícios financeiros.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**§ 1º** - Os créditos especiais abertos integrarão o universo orçamentário do exercício, podendo ser suplementados, parcial ou totalmente, atualizados monetariamente e/ou transpostos ou receberem transposições orçamentárias, como também, sofre anulações parciais e/ou totais;

**§ 2º** - Sobre os valores da receita e da despesa apresentados no projeto de lei, poderão, facultativamente, ser atualizados na Lei Orçamentária para preços de Janeiro de 2024, utilizando a variação de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M/FGV ou outro estabelecido para correção dos limites das licitações, no período compreendido entre os meses de Julho a Dezembro de 2023, incluídos os meses extremos do mesmo, quando verificado o percentual inflacionário acima de 10% (dez por cento).

**§ 3º** - Os valores resultantes da atualização monetária na forma do disposto no parágrafo anterior, desde que convenientes ao interesse da administração poderão, a partir de 31 de janeiro do Exercício a que se refere a presente Lei, serem incorporados às rubricas orçamentárias a qualquer dia do exercício durante a execução orçamentária, procedendo-se as devidas alterações nos valores das rubricas da Receita de forma a manter o equilíbrio orçamentário.

**§ 4º** - Para efeito na base de cálculo das transferências de recursos que o Município esteja obrigado a efetuar, excluem-se as receitas com destinação específica provenientes de convênios, ajustes ou acordos e demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC N°. 101/2000, para a obtenção da receita geral líquida.

**Art. 34** - O Poder Legislativo terá como limites de suas despesas correntes e de capital em 2024, para efeito de elaboração de sua respectiva Proposta Orçamentária, nos termos do Inciso I do Art. 29-A da CF/88, no máximo do valor de 7% (sete por cento), em observância a projeção da Receita prevista no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao Exercício de 2023, com base nos valores efetivamente arrecadados até o mês de junho de 2023, facultado em comum acordo dos representantes do Poder Executivo e Legislativo, promover revisão dos ajustes necessários em Fevereiro de 2024, conforme o resultado apurado de Dezembro/2023, mediante Crédito Suplementar.

**§ 1º** - A transferência de recursos referentes aos Duodécimos à Câmara Municipal, obedecerá às disposições estabelecidas para as demais contas de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

gestão e, será liberado até o dia 20 de cada mês durante a execução orçamentária.

**§ 2º** - Durante a execução orçamentária no exercício de 2024, caso haja a quitação de despesas específicas do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, as mesmas poderão ser deduzidas da parcela duodecimal a ser repassada no mês que ocorrer referido pagamento.

**Art. 35** - A partir do 10º dia do início do exercício de 2024, o município poderá contratar operações de créditos internas por antecipação da receita destinadas a atender a insuficiência de caixa, a qual deverá ser quitada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de 2024, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC N.º 101/2000.

**Art. 36** – Fica autorizado o Município celebrar convênios com instituições bancárias visando a abertura de linhas de créditos para empréstimo financeiro e/ou para bens e serviços em favor dos Servidores e Empregados Municipais, vedado disposição de garantias de recursos municipais para cobertura do principal, de encargos financeiros e operacionais, inclusive, pertinente a inadimplências, devendo correr por inteira responsabilidade dos beneficiários, restringindo o Município como participe respondendo apenas pelas retenções das consignações em folha de pagamento para recolhimento a instituição financiadora.

**Art. 37** - A prestação de contas anual do Município constará nos moldes da Lei Federal 4.320/64, constará dos anexos exigidos sobre a execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária anual.

**Art. 38** - Os projetos de lei de créditos adicionais poderão a qualquer tempo ser solicitado ao Poder Legislativo, ressalvado o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

**Art. 39** - São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

de despesas sem comprovação e suficiência disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 40** - Caso a Proposta Orçamentária não seja remetida pelo Poder Legislativo até 30 de dezembro de 2023 para sanção do Poder Executivo, ficam autorizados os atos administrativos, por Decreto do Poder Executivo e do Poder Legislativo no âmbito de suas dotações, no início de exercício financeiro de 2024, utilizando-se, a cada mês, 1/12 (UM DOZE AVOS) do valor Total da Proposta do Projeto de Lei em tramitação no Poder Legislativo.

**§ 1º** - Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo, não sendo considerado como Crédito Adicional Especial, Extraordinário e/ou Suplementar para fins dos limites estabelecidos nas autorizações.

**§ 2º** - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária, através da abertura, por Decreto, de créditos adicionais mediante remanejamento de dotações.

**§ 3º** - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser abertos de acordo com a necessidade, as dotações para atendimento de despesas com:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. pagamento de serviços de dívida;
- III. água, energia elétrica e telefone;
- IV. combustíveis e peças;
- V. os subprojetos e subatividades em execução em 2024, financiados com recursos externos e contrapartida;
- VI. o Sistema Municipal de Educação;
- VII. pagamento das despesas correntes relativas a operacionalização do Sistema Único de Saúde; e,
- VIII. manutenção de serviços anteriormente criados e em pleno funcionamento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**§ 4º** - Aplica-se o previsto no Art. 48 considerando como limite as cotas mensais abertas até o mês corrente, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária que tramita no Poder Legislativo.

**Art. 41** – Ficam autorizadas as despesas à serem incluídas no Orçamento para o exercício de 2024, Créditos Orçamentários visando custear despesas com:

I – Apoio financeiro a Policiamento, Poder Judiciário e o Poder Militar Brasileiro, e/ou custeio de alimentação, hospedagem, manutenção de viaturas, necessários e emergentes ao regular funcional da segurança no Município;

II – Doações a pessoas carentes pelo serviço de Assistência Social, para o auxílio a estudantes, para o auxílio ao desporto comunitário e de rendimento;

III – Refeições e lanches para autoridades e Servidores, do Município ou de quaisquer órgãos ou entidades, estando desenvolvendo atividades de interesse do Município, sem que para isso tenham sido remunerados com diárias pela origem;

IV – Pagamento de Precatórios e encargos financeiros referentes a juros de mora e multas sobre obrigações municipais por força de mando legal;

V – Suprimento de Fundos.

VI – Convênios com outras Esferas de Governo (Federal/Estadual), para garantir a efetividade dos direitos, e dar Garantia a Prestação de Serviços a População do Município, de obrigações dos demais entes, com contrapartida Municipal, somente quando, for a favor da População do Município.

VII – Consórcios Públicos Intermunicipais, desde que, tenham sido previamente autorizados em Lei Específica pelo Poder Legislativo Municipal.

**§ 1º** - As refeições e lanches, quando necessárias, inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, e com membros da Edilidade municipal, Secretários e Servidores Públicos Municipais, Membros de Conselhos Municipais, bem como, por ocasião de horários extraordinários dos servidores para execução de serviços.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

§ 2º - As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com o controle e acompanhamento do Órgão de Assistência Social.

**Art. 42** – A fixação das despesas deve estar compatível com a real previsão das receitas, de tal forma que a execução orçamentária seja efetuada com permanente equilíbrio entre receitas e despesas.

**Art. 43** – Em caso de desequilíbrio entre receitas e despesas, no curso da execução orçamentária, os critérios de limitação de empenho, em ordem de prioridade a serem limitadas, são:

**a) – Primeiras despesas limitadas,** Despesas de custeio referentes a remuneração de serviços pessoais;

**b) – Segundas despesas limitadas,** Despesas referentes a obras e instalações;

**c) – Terceiras despesas limitadas,** Despesas referentes a aquisição de material permanente;

**d) – Quartas despesas limitadas,** Despesas de custeio referentes a gastos com outros serviços e encargos, como combustíveis, peças, insumos e outros bens necessárias ao funcionamento do Município;

**e) – Quintas despesas limitadas,** Despesas de custeio referentes a gastos com Pessoal e material de consumo;

**Art. 44** – Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atender ao teto do cronograma de desembolso bimestral, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento da cada Poder.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos, o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**Art. 45** – Os programas de manutenção e funcionamento dos serviços públicos já prestados à população terão prioridades sobre as despesas com sua expansão e com novos investimentos.

**Art. 46** – Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os Limites fixados para cada modalidade de aplicação dentro do mesmo órgão.

**Parágrafo Único** – Fica autorizado o remanejamento, a transferência dos saldos dentro do mesmo órgão das Fontes de Recurso, dentro da mesma modalidade de aplicação da classificação por categoria econômica.

**Art. 47** – Fica prevista a possibilidade de alienação de bens municipais, em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei 8.666/93 e a Lei Complementar 101/2000;

**Art. 48** – Ficará o Chefe do Poder Legislativo e Executivo, no âmbito de suas respectivas dotações orçamentárias, autorizados a efetuar Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento 2024 nos seguintes Limites:

**§ 1º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Superávit Financeiro previsto no Art. 43 §1º inciso I da Lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao superávit financeiro calculado entre a diminuição do ativo financeiro e o passivo financeiro apurado com base no Balanço Geral do exercício anterior.

**§ 2º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Excesso de Arrecadação previsto no Art. 43 §1º inciso II da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos à diferença apurada entre o total a ser arrecadado até o mês, considerando a proporção arrecadada proporcionalmente ao total do orçamento ou a proporção arrecadada no exercício anterior em confronto com o valor efetivamente arrecadado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

§ 3º - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Anulação de Dotação previsto no Art. 43 §1º inciso III da lei 4.320/64 até o limite de 80% (oitenta por cento) em função do valor total da Lei Orçamentária sancionada para o ano de 2024.

§ 4º - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Operações de Crédito previsto no Art. 43 §1º inciso IV da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao total contratualizado com a instituição financeira autorizada em conformidade com o previsto na Resolução 43 do Senado Federal.

§ 5º - Os Créditos Adicionais somente serão utilizados para transferir de uma categoria econômica para outra, considerando como limite a modalidade de aplicação, as demais autorizações deverão ocorrer mediante alteração de Quadro de Detalhamento da Despesa.

§ 6º - A movimentação Fonte de Recurso dentro do mesmo elemento de despesa, mesma conta orçamentaria, mesmo órgão, será feita mediante documento que demonstre essa movimentação e não entrará para o limite de Crédito Adicional previsto nos incisos anteriores.

**Art. 49** - Consistem vantagens especiais da Educação Básica o **ABONO ESPECIAL** assegurado aos Profissionais da Educação Básica, oriundo do saldo dos 70% (setenta por cento) dos recursos do **FUNDEB** de acordo com a execução financeira apurada no exercício, podendo ser antecipado o pagamento do ABONO ESPECIAL caso as projeções financeiras assim permitirem em determinado período, desde que o valor da folha de pagamento e dos encargos não aplique percentual previsto em Lei;

**Art. 50** - O Poder Executivo publicará, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis da data de publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso Mensal previsto na LRF, por órgão integrante do orçamento fiscal e da seguridade social.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

**Art. 51** - Conterá do Sistema de CONTABILIDADE, em meio magnético, os bancos de dados da Lei Orçamentária para fins de Registro das contas de gestão e emissão de relatórios sintéticos e analíticos.

**§ 1º** - Os relatórios constantes no *caput* desta lei serão estipulados de acordo com as Normas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**§ 3º** - O relatório de execução orçamentária não constará duplicidade, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais.

**§ 4º** - O relatório discriminará as despesas com o pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com os vencimentos de vantagens, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

**§ 5º** - Além da parte relativa à despesa, o relatório de que trata o *caput* deste artigo conterá demonstrativo de execução da receita, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei n.º 4.320/64, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.

**Art. 52** - O setor competente, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, para efeito das Contas de Gestão, fundos e entidades que integram os orçamentos, o seguinte:

- I. Quadros demonstrativos da especificação dos programas de trabalhos;
- II. quadros demonstrativos da natureza de despesa, detalhada no mínimo por elemento;
- III. quadro da programação financeira e o cronograma de desembolso financeiro.

**Art. 53** - O Poder Executivo poderá utilizar sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético rígido e/ou flexível para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução orçamentária, financeira



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

*Estado do Ceará*

e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis, registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário às dotações até seu respectivo montante, utilizando o sistema eletrônico computadorizado.

**Art. 54** - Poderá o Município, Poder Executivo ou Poder Legislativo fixar convênios ou termos de cooperação com entidades representativas de classe, mediante apresentação do Convênio.

**Art. 55** – As ações vinculadas a Criança e ao Adolescente deverão ser vinculadas sobre as privações que afetam crianças e adolescentes e os desafios atuais, que incluem o agravamento da insegurança alimentar e da pobreza extrema, priorizando a alfabetização e as persistentes desigualdades raciais, combatendo a condição de pobreza e o acesso a direitos básicos, como educação, saneamento, água, alimentação, esporte, lazer, cultura, proteção contra o trabalho infantil, moradia e informação.

**Art. 56** – Aplicam-se a esta Lei as demais disposições da Lei nº. 4320/64 e Lei Complementar Nº. 101/2000, no que concerne a esfera municipal.

**Art. 57** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 58** – Revogam-se as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Cariré - CE, em 10 de abril de 2023.**

  
**Antônio Rufino Martins**  
**Prefeito Municipal**

Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

Valores em R\$ Milhares

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	1500	Anulação da Reserva de Contingencia e contingenciamento de dotações	1500
Dívidas em Processo de Reconhecimento	680	Anulação de dotações	680
Avais e Garantias Concedidas	2000	Provisão para Empréstimos junto a Banco Federal para investimentos a juros baixos mediante autorização Legislativa	2000
Assunção de Passivos	160	Reconhecimento de passivos de responsabilidade do erário, anulação da Reserva de Contingência	160
Assistências Diversas	3500	Reconhecimento do estado de calamidade por Força Maior ou Caso Fortuito, contingenciamento de dotações e redução do custo administrativo	3500
Outros Passivos Contingentes	700	Contingenciamento de dotações e redução da Reserva de Contingência	700
<b>SUBTOTAL</b>	<b>8540</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>8540</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	300	Redução do custo administrativo e redução das dotações	300
Restituição de Tributos a Maior	35	Devolução dos valores depositados superiores ao valor devido e redução de custos	35
Discrepância de Projeções:	300	Correção publicando novos montantes de acordo com os novos estudos, redução dos custos e contingenciamento de dotações	300
Outros Riscos Fiscais	3150	Contingenciamento de dotações e redução da Reserva de Contingência	3150
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.785</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.785</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.325</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12.325</b>

FONTE: Coleta em Diversos Sistemas, Setor Contabil, emissão 29/03/2023 as 08:45 hrs

Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

Valores em R\$ Milhares

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	1500	Anulação da Reserva de Contingencia e contingenciamento de dotações	1500
Dívidas em Processo de Reconhecimento	680	Anulação de dotações	680
Avais e Garantias Concedidas	2000	Provisão para Empréstimos junto a Banco Federal para investimentos a juros baixos mediante autorização Legislativa	2000
Assunção de Passivos	160	Reconhecimento de passivos de responsabilidade do erário, anulação da Reserva de Contingência	160
Assistências Diversas	3500	Reconhecimento do estado de calamidade por Força Maior ou Caso Fortuito, contingenciamento de dotações e redução do custo administrativo	3500
Outros Passivos Contingentes	700	Contingenciamento de dotações e redução da Reserva de Contingência	700
<b>SUBTOTAL</b>	<b>8540</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>8540</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	300	Redução do custo administrativo e redução das dotações	300
Restituição de Tributos a Maior	35	Devolução dos valores depositados superiores ao valor devido e redução de custos	35
Discrepância de Projeções:	300	Correção publicando novos montantes de acordo com os novos estudos, redução dos custos e contingenciamento de dotações	300
Outros Riscos Fiscais	3150	Contingenciamento de dotações e redução da Reserva de Contingência	3150
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.785</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.785</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.325</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12.325</b>

FONTE: Coleta em Diversos Sistemas, Setor Contabil, emissão 29/03/2023 as 08:45 hrs

**Tabela 2 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2024

ESPECIFICAÇÃO	2024			2025			2026		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	valores em R\$ Milhares								
Receita Total	90.000	87.252	0,039	100.758	94.808	0,041	113.494	103.532	0,043
Receitas Primárias (I)	89.092	86.371	0,038	99.741	93.906	0,040	112.349	102.527	0,043
Receitas Primárias Correntes	86.092	83.463	0,037	96.383	84.082	0,039	108.566	88.103	0,041
Impostos, Taxas e Cont de Melhoria	2.600	2.521	0,001	2.911	76	0,001	3.279	14	0,001
Transferências Correntes	80.000	77.557	0,034	89.562	89.562	0,036	100.884	100.884	0,038
Demais Receitas Primárias Correntes	3.492	3.385	0,001	3.909	3.909	0,002	4.404	4.404	0,002
Receitas Primárias de Capital	3.000	2.908	0,001	3.359	3.359	0,001	3.783	3.783	0,001
Despesa Total	90.000	87.252	0,039	100.758	100.758	0,041	113.494	113.494	0,043
Despesas Primárias (II)	78.000	75.618	0,033	87.323	87.323	0,035	98.362	98.362	0,037
Despesas Primárias Correntes	66.000	63.984	0,028	73.889	73.889	0,030	83.229	83.229	0,032
Pessoal e Encargos Sociais	34.000	32.962	0,015	38.064	38.064	0,015	42.876	42.876	0,016
Outras Despesas Correntes	32.000	31.023	0,014	35.825	35.825	0,014	40.354	40.354	0,015
Despesas Primárias de Capital	12.000	11.634	0,005	13.434	13.434	0,005	15.133	15.133	0,006
Pagamento de RPde Despesas Primárias	200	194	0,000	224	224	0,000	252	252	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	11.092	10.753	0,005	12.418	12.418	0,005	13.988	13.988	0,005
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.280	2.210	0,001	2.104	2.104	0,001	1.942	1.942	0,001
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-7.068	-6.852	-0,003	-6.524	-6.524	-0,003	-6.022	-6.022	-0,002
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	3.803	3.686	0,002	3.510	3.510	0,001	3.240	3.240	0,001

FONTE: Coleta em Diversos Sistemas, Setor Contábil, emissão 29/03/2023 as 08:45 hrs

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo, disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo

Parâmetros	valores em R\$ Milhares		
	2024	2025	2026
PIB nominal Estadual	233.540.720	247.763.350	263.248.559
Receita Corrente Líquida - RCL	91.791	93.225	94.696

**Tabela 3 - DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2024

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)		Metas Realizadas em 2022 (b)		% PIB	% RCL	Variação		valores em R\$ Milhares
	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	70.000	0,950	79.466	0,950	0,034	1,079	9.466	14	
Receitas Primárias (I)	69.534	0,944	77.887	0,944	0,033	1,057	8.353	12	
Despesa Total	70.000	0,950	77.059	0,950	0,033	1,046	7.059	10	
Despesas Primárias (II)	69.561	0,944	76.620	0,944	0,033	1,040	7.059	10	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	-27	0,000	1.267	0,000	0,001	0,017	1.294	-4.793	
Dívida Pública Consolidada (DC)	5.320	0,072	2.694	0,072	0,001	0,037	-2.626	-49	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-5.105	-0,069	-8.353	-0,069	-0,004	-0,113	-3.248	64	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	4.800	0,065	4.494	0,065	0,002	0,061	-306	-6	

FONTE: Coleta em Diversos Sistemas, Setor Contábil, emissão 29/03/2023 as 08:45 hrs



**Tabela 4 - DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2024

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES												Valores em R\$ milhares		
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2025	%	2026	%
Receita Total	62.560	79.466	1,27	80.000	1,01	90.000	1,13	100.758	1,12	113.494	1,13	100.758	1,09	113.494	1,13
Receitas Primárias (I)	61.760	77.887	1,26	79.007	1,01	89.092	1,13	99.741	1,12	112.349	1,13	99.741	1,09	112.349	1,13
Despesa Total	54.533	77.059	1,41	80.000	1,04	90.000	1,13	100.758	1,12	113.494	1,13	100.758	1,15	113.494	1,13
Despesas Primárias (II)	54.059	76.620	1,42	70.105	0,91	78.000	1,11	87.323	1,12	98.362	1,13	87.323	1,15	98.362	1,13
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	7.701	1.267	0,16	8.902	7,03	11.092	1,25	12.418	1,12	13.988	1,13	12.418	1,15	13.988	1,13
Dívida Pública Consolidada (DC)	6.212	2.694	0,43	2.450	0,91	2.280	0,93	2.104	0,92	1.942	0,92	2.104	0,95	1.942	0,92
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	3.664	-8.353	-2,28	-7.800	0,93	-7.068	0,91	-6.524	0,92	-6.022	0,92	-6.524	0,95	-6.022	0,92
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	4.700	4.494	0,96	4.100	0,91	3.803	0,93	3.510	0,92	3.240	0,92	3.510	0,95	3.240	0,92

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES												
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2025	%
						Referência>							
Receita Total	69.658	84.592	1,21	81.000	0,96	87.252	1,08	94.808	1,09	103.532	1,09	94.808	1,09
Receitas Primárias (I)	68.768	82.911	1,21	79.995	0,96	86.371	1,08	93.906	1,09	102.527	1,09	93.906	1,09
Despesa Total	60.721	82.029	1,35	81.000	0,99	87.252	1,08	100.758	1,15	113.494	1,13	100.758	1,15
Despesas Primárias (II)	60.193	81.562	1,36	70.981	0,87	75.618	1,07	87.323	1,15	98.362	1,13	87.323	1,15
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	8.575	1.349	0,16	9.013	6,68	10.753	1,19	12.418	1,15	13.988	1,13	12.418	1,15
Dívida Pública Consolidada (DC)	6.917	2.868	0,41	2.481	0,87	2.210	0,89	2.104	0,95	1.942	0,92	2.104	0,95
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.080	(8.892)	-2,18	(7.898)	0,89	-6.852	0,87	-6.524	0,95	-6.022	0,92	-6.524	0,95
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	5.233	4.784	0,91	4.151	0,87	3.686	0,89	3.510	0,95	3.240	0,92	3.510	0,95

FONTE: Coleta em Diversos Sistemas, Setor Contabil, emissão 29/03/2023 as 08:45 hrs

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.



**Tabela 6 - DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2024

	valores em R\$. Milhares	
	2022	2021
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>		
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>		
Alienação de Bens Móveis	212	
Alienação de Bens Imóveis	212	
Alienação de Bens Intangíveis		
Rendimentos de Aplicação Financeira		
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>		
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>		
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
Investimentos	212	
Inversões Financeiras	212	
Amortização da Dívida	212	
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		
Regime Geral de Previdência Social		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
<b>SALDO FINANCEIRO</b>		
<b>VALOR (III)</b>	<b>(g) = (Ia - IIc) + IIIb</b>	<b>(h) = (Ib - IIe) + IIIi</b>
	-	-
		<b>(i) = (Ic - IIf)</b>

FONTE: Coleta em Diversos Sistemas, Setor Contábil, emissão 29/03/2023 as 08:45 hrs

**AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES  
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		valores em R\$ Milhares	
	2020	2021	2020	2022
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	0	0		0
Receita de Contribuições dos Segurados				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais	0			
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Financeira entre os Regimes				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) <sup>1</sup>				
Demais Receitas Correntes				
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	0	0		0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>				
Benefícios				
Aposentadorias				
Pensões por Morte				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Financeira entre os Regimes				
Demais Despesas Previdenciárias				
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)<sup>2</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		2020	2021	2022
VALOR				
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>				
VALOR		0	0	0
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS</b>				
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outros Aportes para o RPPS				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Investimentos e Aplicações				
Outro Bens e Direitos				
<b>FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)</b>				
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>				
RECEITAS CORRENTES (VII)				
Receita de Contribuições dos Segurados		0	0	0
Ativo				
Inativo		0		
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais		0		
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Financeira entre os regimes		0		
Demais Receitas Correntes				
<b>RECEITAS DE CAPITAL (VIII)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0	0	0
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>				
Benefícios				
Aposentadorias				
Pensões por Morte				

Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)</b>	0	0	0	0	0
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)<sup>2</sup></b>	0	0	0	0	0
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS</b>					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		2020		2021	2022
Recursos para Formação de Reserva					
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa		2020		2021	2022
Investimentos e Aplicações					
Outro Bens e Direitos					
<b>ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS</b>					
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>					
Receitas Correntes		2020		2021	2022
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>					
<b>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>					
Despesas Correntes (XIII)		2020		2021	2022
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
Despesas de Capital (XIV)					
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	0	0	0	0	0
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)<sup>2</sup></b>	0	0	0	0	0
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa		2020		2021	2022
Investimentos e Aplicações					
Outro Bens e Direitos					
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO</b>					
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)</b>					
Contribuições dos Servidores		2020		2021	2022
Demais Receitas Previdenciárias					
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)</b>					
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)</b>					
Aposentadorias		2020		2021	2022
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
<b>TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)</b>					
<b>RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)<sup>2</sup></b>					

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)**

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

**FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)**

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE: Coleta em Diversos Sistemas, Setor Contábil, emissão 29/03/2023 às 08:45 hrs

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

**Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2024**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
	sem renúncia de receitas					
<b>TOTAL</b>						-

Valores em R\$. Milhares

FONTE: Coleta em Diversos Sistemas, Setor Contábil, emissão 29/03/2023 as 08:45 hrs



**Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	EVENTOS	Valor Previsto	Valores em R\$ Milhares
Aumento Permanente da Receita			
(-) Transferências Constitucionais			
(-) Transferências ao FUNDEB			
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)			
Redução Permanente de Despesa (II)			
Margem Bruta (III) = (I+II)			
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)			
Novas DOCC			
Novas DOCC geradas por PPP			
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)			

FONTE: Coleta em Diversos Sistemas, Setor Contábil, emissão 29/03/2023 as 08:45 hrs

Macro objetivo: 0001 - Educação

- Programa: 1201 - Ensino Fundamental  
Manutenção das atividades educacionais ligadas ao ensino fundamental, valorização do magistério, construção reforma e ampliação de escolas, manutenção do FUNDEB, capacitação de professores, - Adequar espaços nas unidades escolares para o funcionamento de laboratórios de informática e adquirir equipamentos necessários para o funcionamento - Construir e adequar quadras de esporte nas escolas - Construir e adequar salas de aula, adquirindo mobiliário e equipamentos para as salas de aula - Implantar um programa de conexão para as escolas com laboratório de informática, garantindo a integração e a expansão do uso da tecnologia da informação e comunicação. - Adquirir materiais didáticos, despesas de acordo com o Art.70 da LDB. Plano de Governo: Implantar nas escolas, um programa de educação ambiental permanente; Realizar Concurso Municipal de Redação e Poesias; Realizar Olimpíada Municipal de Matemática, História do Município, Ciências e Astronomia; Ampliar as bibliotecas das escolas, com a aquisição de livros e demais equipamentos; Adquirir por meio votação com os estudantes, livros para enriquecer o acervo das bibliotecas; Reformar, ampliar e climatizar gradativamente, todas as escolas da Rede Municipal de Ensino, melhorando assim a aprendizagem; Concluir a escola de tempo integral com 12 (doze) salas na Sede; Construir escola de tempo integral com 12 (doze) salas no Tapuio;
- Programa: 1202 - Expansão das vagas do ensino fundamental  
Atividades com a finalidade do acesso a população ao ensino fundamental, com a expansão das vagas ofertadas pelo Município - Mobilização da população para a Matrícula Escolar.
- Programa: 1203 - Treinamento e Aperfeiçoamento de Profissão do Ensino Fundam  
Capacitação de professores para melhoria da qualidade do ensino público, apoio a cursos de capacitação e ao ingresso em especializações - Treinamento pessoal para utilização de recursos audiovisuais para unidades escolares - Oferecer cursos de formação continuada aos professores que trabalham na educação Fundamental. Plano de Governo: Implantar curso de capacitação para professores na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Realizar anualmente capacitação aos profissionais do ensino; Reestruturar, reformar e equipar todas as escolas municipais;
- Programa: 1204 - Assistência a estudantes do ensino fundamental  
Amparo assistencial aos estudantes do ensino fundamental com a finalidade de manter o estudante em sala de aula - Elaborar projeto com condições de acesso de pessoas portadoras de deficiência física a sala de aula - Transporta com segurança, crianças e jovens que frequentam escolas distantes da residência com a contratação e a aquisição de veículos para o Transporte Escolar. Plano de Governo: Criar estratégias para o atendimento aos estudantes no contra turno e nos finais de semana, com recreação esportiva, acompanhado por profissional de educação física.
- Programa: 1205 - Assistência a Estudantes do Ensino Médio, regular o polival  
Apoio as Atividades do Estado, execução de Convênios, Transporte Escolar, e demais métodos de apoio cooperado com Estado para uma Política Pública junto ao Ensino Médio.
- Programa: 1206 - Ensino Profissional  
Amparo assistencial a estudantes do ensino profissional. Promover o acesso aos

- cidadãos em geral, ao mundo digital e a formação profissionalizante, facilitando o ingresso no mercado de trabalho.
- Programa: 1207 - Assistência a Estudantes do Ensino Superior  
Apoio as atividades da União, execução de convênios, transporte escolar, e demais métodos de apoio para garantir uma política junto aos estudantes que cursam ensino superior no município.
- Programa: 1208 - Ensino Infantil  
Manutenção das atividades educacionais ligadas ao ensino infantil valorização do Magistério, construção reforma e ampliação de escolas, manutenção do FUNDEB, capacitação de professores. - Adquirir materiais didáticos diversos, livros, brinquedos e material escolar para o ensino infantil.
- Programa: 1209 - Expansão de Vagas do Ensino Infantil  
Atividades com a finalidade de expandir o número de vagas do ensino infantil abrangendo todos os estudantes do Município - Mobilização da população para a Matrícula Escolar.
- Programa: 1210 - Treinamento e Aperfeiçoamento de Prof. do Ensino Infantil  
Capacitação de professores para melhoria da qualidade do ensino público, apoio a cursos de capacitação e ao ingresso em especializações - Oferecer cursos de formação continuada para os professores que trabalham na educação infantil.
- Programa: 1211 - Assistência a estudantes do Ensino Infantil  
Amparo assistencial aos estudantes do ensino infantil com a finalidade de manter o estudante em sala de aula.
- Programa: 1212 - Educação de Jovens e Adultos  
Reduzir os índices de analfabetismo e evasão no EJA, investimento e manutenção das atividades para a oferta de vagas e expansão do programa de educação de jovens e adultos - Alfabetizar 100% das pessoas acima de quatorze anos.
- Programa: 1213 - Combate ao Analfabetismo  
Programa de apoio para o combate ao analfabetismo junto as comunidades carentes do município, incentivo aos adultos para saírem da condição de analfabetos.
- Programa: 1214 - Educação Especial  
Promover a inclusão das crianças e adolescentes com necessidades especiais no ensino regular, oferecendo condições dignas de atendimento as crianças e adolescentes com necessidades especiais. Plano de Governo: Garantir aos estudantes com necessidades especiais o seu acesso a educação; Garantir assistência especializada aos estudantes com necessidades especiais;
- Programa: 1215 - Ensino Básico  
Manutenção das Atividades do Ensino Básico, Vencimentos e Vantagens incidentes sobre folha de pagamento de Pessoal, Ampliação de Escolas, Centros de Ensino e prédios necessários ao funcionamento da rede de ensino básico municipal, manutenção de todas as atividades oriundas do FUNDEB.

Macro objetivo: 0002 - Saúde

Programa: 1001 - Programa de Ações Básicas de Saúde

Manutenção das atividades de Ações Básicas de Saúde aos municípios, melhoria da qualidade da saúde do município - Instalação de um programa de capacitação permanente de profissionais da saúde - Promover a equidade do acesso, garantindo a qualidade da assistência e permitindo ajustar a oferta assistencial disponível às necessidades imediatas do cidadão, de forma equânime, ordenada, oportuna e racional - Fortalecimento do serviço de auditoria promovendo o acompanhamento e controle da política de saúde a nível local como instrumento de melhoria na gestão e dos serviços ofertados da população - Atender a pessoas com transtornos mentais severos e persistentes como psicoses e neuroses graves, buscando amenizar e tratar - Supervisionar e fortalecer as ações de saúde do idoso. Plano de Governo: Manter uma política de educação permanente para os trabalhadores da saúde, buscando o aperfeiçoamento destes e a qualificação dos serviços e ações, com mais afetividade, humanização e ética; Fortalecer a Estratégia Saúde da Família / Atenção Primária a Saúde;

Programa: 1002 - Saúde da Família

Ampliação e funcionamento do programa Saúde da Família, levando o atendimento diretamente aos necessitados, políticas de prevenção de doenças e atendimento domiciliar - Acompanhamento integral da saúde e da criança, diminuição da taxa de mortalidade infantil, implantação de novas equipes de saúde bucal - Aquisição de novos equipamentos para os consultórios odontológicos e manutenção dos existentes, melhoria dos transportes - Mobilização social com objetivo de divulgação com informações sobre saúde pública fortalecendo as estratégias de educação e saúde. Plano de Governo: Descentralizar a marcação de consultas, exames e cirurgias para os centros de saúde da família; Ampliar o elenco de exames laboratoriais para a zona rural; Descentralizar a realização de ultrassom para os centros de saúde da família que tenha capacidade elétrica; Implantar Política de Saúde para a população do campo, das Águas e da Floresta em todos os distritos; Ampliar a estratégia das Academias da Saúde para mais praças e distritos;

Programa: 1003 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar

Assistência ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade junto aos hospitais e postos de saúde - Implementar ações de fortalecimento da qualidade e eficiência do atendimento no hospital, através da humanização e qualificação dos profissionais - Subvencionar entidades destinadas ao atendimento através de convênios, implementar uma política de consorciação com outros municípios para atender às necessidades médicas especializadas junto à população. Plano de Governo: Implantação de um Centro Cirúrgico, com intuito de atender às demandas de pequenas e médias cirurgias; Implantação de um Centro de Rádio Diagnóstico, com equipamentos, à exemplo de Raios X; Implantar serviço especializado com médicos clínica geral, Infectologistas, Pediatra, Ginecologia e Obstetricia, entre outros; Implantação de um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal; Implantação de um laboratório Municipal de Próteses Dentária; Implantação de uma casa de apoio em Fortaleza para assistência aos doentes em tratamento;

Programa: 1004 - Prevenção e controle de doenças

Ações de prevenção e controle de doenças, visando evitar a entrada de epidemias através de uma política preventiva de saúde pública com a divulgação de matérias e avisos junto a hospitais.

Programa: 1005 - Assistência Farmacêutica

Assistência a população carente municipal com programas de distribuição de medicamentos, assistindo aos necessitados - Necessidade de melhorar a estrutura

física de estocagem dos medicamentos e insumos, incrementar o controle de estoque informatizado, diminuir desperdícios.

Programa: 1006 - Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços  
Ações de Vigilância Sanitária de produtos e serviços evitando que produtos impróprios ao consumo cheguem ao destinatário final.

Programa: 1007 - Ações de Vigilância Sanitária junto a população  
Ações de Vigilância Sanitária evitando de forma preventiva a propagação de doenças sem o custo posterior a atenção secundária..

Programa: 1008 - Vigilância Epidemiológica  
Ações voltadas a Vigilância Epidemiológica, evitando preventivamente que doenças infecto contagiosas entrem em contato com a população como a dengue - Fortalecer a vigilância epidemiológica para o bom auxílio a atenção primária, com o intuito de tranquilizar a população agindo sempre de forma proativa no que tange a epidemias e surtos - Divulgar as ações de vigilância epidemiológica. Divulgar as ações, elaborar textos para que sejam explorados em sala de aula por professores e alunos.

Macro objetivo: 0003 - Assistência Social

Programa: 0801 - Amparo Assistencial ao Idoso  
Ações assistências ligadas a pessoa na terceira idade, construção de centros de convivência do idoso, políticas de inserção social e assistencial, - Promoção da qualidade de vida, atividades com o propósito de melhorar a qualidade de vida da terceira idade, As ações normalmente envolvem atividades físicas ao ar livre como caminhada, ginástica e lazer, Em ambientes internos e de oficinas e cursos de alfabetização, instrumentos musicais e artes. Além de entretenimento e interação entre pessoas da mesma faixa etária, promover atividades de relaxamento e uma vida mais ativa, estas ações também ajudam a promover a inclusão social da pessoa idosa. Ações com a finalidade no convívio com pessoas da mesma idade prevenindo problemas físicos e até mesmo psicológicos, como transtorno de ansiedade e depressão. Plano de Governo: Construir mais um Centro de Convivência da Pessoa Idosa no distrito de Ararius;

Programa: 0802 - Amparo assistencial a pessoa portadora de deficiência física  
Implementação de políticas para melhoria da qualidade da vida dos munícipes portadores de deficiência física e acesso aos órgãos públicos, - Criar grupos de capacitação e inserção produtiva do artesanato, agricultura local e inserção no mercado de trabalho dos portadores de necessidades especiais Visa políticas para atendimento de pessoas que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei nº 13.146, de 2015), levando em consideração os aspectos biológicos e sociológicos ao impedimento de longo prazo, Fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social. Plano de Governo: Garantir a manutenção de convênio com as Associações que trabalham com crianças e adolescentes com deficiência;

Programa: 0803 - Amparo Assistencial a criança e ao adolescente  
Implementação políticas públicas efetivamente comprometidas com a proteção integral

- de crianças e adolescentes, tendo na educação e na família os foco central visando a premente necessidade da adequação das estruturas, programas, serviços e, acima de tudo, do orçamento público, ao princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, apurar quais são os maiores problemas e deficiências que afligem sua população infanto-juvenil e definir quais as estratégias e ações mais urgentes e eficazes para sua solução, visando a implementação de estruturas de atendimento próximas ao local de origem da criança ou adolescente, que assim poderá receber a orientação, o apoio e/ou o tratamento que necessita em conjunto com sua família, no seio de sua comunidade de origem, restando assim preservados e mesmo fortalecidos os vínculos familiares e comunitários, tal qual previsto no art. 227, caput, da Constituição Federal e arts. 4º, caput, 19 e 100, in fine, todos da Lei nº 8.069/90. Plano de Governo: Ampliar o Projeto Dança Criança para os distritos;
- Programa: 0804 - Erradicação do Trabalho Infantil  
Amparo a criança e ao adolescente, retirando as crianças e adolescentes da condição de riscos e reprimindo as atividades ilícitas de utilização do trabalho infantil no município, políticas ligadas as famílias com a finalidade de erradicar o trabalho infantil.
- Programa: 0805 - Valorização da juventude  
Construção de centros e de parques de lazer, manutenção das atividades de valorização da juventude, evitando que os jovens se envolvam com drogas e entorpecentes oferecer cursos profissionalizantes e de artes promover a inclusão digital na sede e nos distritos realizar oficinas de musica e o forum municipal da juventude promover e incentivar a inclusão de jovens em ações comunitárias voluntariados e estágios desenvolver ações socioeducativas na área de sexualidade e prevenção, realizar forum de debates sobre o combate ao trabalho infantil.
- Programa: 0806 - Assistência a Comunidades Carentes  
Amparo assistencial a comunidades carentes e em estado de risco, melhoria da condição social dessas famílias e inserção social. Criar grupos de convivência e sociabilidade geracionais e intergeracionais Encaminhamentos e acompanhamento, suporte social, visitas domiciliares potencializar os espaços e a rede prestadora de serviços socioassistenciais.
- Programa: 0807 - Assistência Social Geral  
Assistência Social, incluindo distribuição de cestas básicas a comunidades carentes e a pessoas que se encontrem em situação de extrema pobreza, ajuda aos mais necessitados e aos pobres na forma da lei, reinserção social dessas famílias, construção de centros de assistência social - Manter as atividades do CRAS e CREAS equipando conforme a necessidade dos serviços prestados e exigência do Governo Federal, adquirindo equipamentos pedagógicos, audiovisuais e mobiliários - Realização de oficinas em grupos para conscientizar sobre a importância do cumprimento das constitucionalidades do PBF. - Elaborar um banco de dados com as informações das pessoas em situação de risco. Plano de Governo: Ampliar a atuação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS no Município, implantando mais um CRAS rural no Distrito de Cacimbas; Ampliar Projetos Municipais tais como "Querida Mãe", "Nosso Querido Trabalhador", "Pai Herói", "Cine Férias Cariré", "Alegria na Praça", entre outros; Realizar a nível Distrital o "Projeto Reciclando com Alegria, Enfeitando Cariré com Amor e Cidadania"; Desenvolver um programa efetivo de prevenção ao uso e abuso de álcool e drogas; Implantar a Casa do Cidadão;
- Programa: 0809 - Ações integradas junto a Comunidade LGBTQIA+

Ações integradas junto a Comunidade LGBTQIA+, visando a integração e uma política de inserção social dos membros da comunidade e políticas visando erradicação do preconceito.

Programa: 0810 - Programa de proteção aos direitos da mulher  
Programa de proteção aos direitos da mulher

Programa: 1401 - Reinserção de Adolescentes em conflito com a lei  
Reinserção Social de Adolescentes em conflito com a lei, ajuda para que reestabeleçam o convívio social, evitando que esses adolescentes venham a manter um contato novo com o crime.

Macro objetivo: 0004 - Atividades Administrativas

Programa: 0101 - Ação Legislativa  
Manter as Ações Legislativas Municipais de fiscalização e controle externo, divulgação dos trabalhos legislativos, Ações voltadas para elaboração de Leis e Decretos e Resoluções, Operacionalização das ações administrativas da Câmara Municipal, Pagamento de Subsídios e Vencimentos, Manutenção das Atividades Administrativas do Legislativo Municipal, pagamento de insumos, apoio as ações do Poder Legislativo.

Programa: 0401 - Planejamento e Orçamento  
Manter as atividades de planejamento e Orçamento Municipal dando ênfase ao orçamento participativo e abrangência das ações para melhoria da qualidade de vida da população, ações relacionadas com a elaboração, aprovação e implementação de planos e programas de governo, Audiências Públicas, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Orçamento, Ações vinculadas ao Planejamento e a obtenção de metas, inclusão de Sistemas de Informação visando uma estruturação de metas e resultados visando uma política de investimentos e de custeio norteadora das necessidades da população em geral.

Programa: 0402 - Administração Geral  
Manter as atividades gerais e funcionais dos órgãos da administração, serviços de natureza continuada, assessorias, Vencimentos e Vantagens incidentes sobre folha de pagamento, Obrigações Patronais, diárias, tarifas de água, energia, telefone e demais despesas para o funcionamento dos órgãos da administração, aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento administrativo dos órgãos. - Modernizar o funcionamento da administração. - Implementação de programa permanente de combate ao desperdício de tempo, material, serviços e recursos. Plano de Governo; Implantar Subprefeitura nos distritos de Cacimbas, Boa Esperança e Juca (os mais distantes da Sede); Buscar junto aos Bancos (público ou privado) uma agência permanente para atendimento integral a população; Solicitação dos Secretários: Fomentar as políticas públicas voltadas ao público jovem; Instituir o dia da juventude municipal; Jogos da juventude; Virada da juventude, dia com eventos artísticos, culturais, debates e apresentações para a juventude;

Programa: 0403 - Edificações Públicas  
Construção, reforma e ampliação de prédios públicos nos quais se desenvolvam atividades oriundas do poder público, reforma da sede da Prefeitura de demais Secretarias, reforma de prédios vinculado as Secretarias Municipais.

Programa: 0404 - Modernização e Execução Financeira

Ações de modernização das atividades financeiras da administração pública, informatização dos setores ações para o desenvolvimento das atividades de cobrança e arrecadação do Município, informatização das atividades visando a melhoria das políticas de obrigações tributária não tributária.

Programa: 0405 - Tecnologia da Informação

Melhoria da informação e implementação de novas tecnologias da administração, Desenvolver e implantar sistemas informatizados dimensionando requisitos e funcionalidade do sistema, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos. Administrar ambientes informatizados, prestar suporte técnico tanto de hardware como de software, elaborar documentação técnica. Estabelecer padrões, coordenar projetos e oferecer soluções para ambientes informatizados e pesquisar tecnologias em informática.

Programa: 0406 - Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos

Treinamento do pessoal para melhoria das funções administrativas do poder público municipal - Preparação e implementação de programas permanentes da capacitação e qualificação de servidores, um processo educacional para gerar crescimento e mudanças, melhorando assim seu espírito de equipe, integração e criatividade. É imprescindível a capacitação do servidor, pois é o que determina os principais valores, permitindo analisar as possíveis particularidades de cada funcionário público, analisar a Administração Municipal no contexto em que esteja inserida e aprimorar nos servidores municipais a capacidade operacional visando sempre o melhor atendimento a população.

Programa: 0407 - Controle Interno

Gerir as Atividades de Controle interno da Administração Municipal, o Controle sobre a movimentação orçamentária e patrimonial, sobre folha de pagamento, controle de bens e serviços, aquisições e controles, sobre sistemas de Processos Administrativos da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, Planejamento organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados dentro da administração municipal, com objetivo de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas públicas, com o objetivo de evitar fraudes, erros, ineficiências a nível de segurança, a implementação ou melhoramento de mecanismos internos de prevenção. Também na assessoria a administração ao identificar a inexistência, deficiência, falha ou não cumprimento do controle interno.

Programa: 0408 - Fortalecimento da Gestão Consorciada - Consórcios Públicos

Fortalecimento da Gestão Consorciada visando a ampliação na participação em Consórcios Públicos visando uma maior integração com os Municípios da Região, Estado e União com a finalidade ao atendimento das necessidades da População através de uma política de inserção em consórcios, com o fulcro na economicidade e na melhoria do atendimento a população.

Programa: 0808 - Apoio aos Conselhos Municipais

Atividades de Apoio aos Conselhos Municipais, visando uma política participativa da sociedade junto a Administração Municipal, implementar política de Controle Social. Plano de Governo: Aquisição de um veículo automotor para atender as necessidades do Conselho Tutelar; Manter e Fortalecer a Casa dos Conselhos; Fortalecer os Conselhos Municipais Antidrogas, da Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional, dos Direitos da Pessoa



com deficiência, e do Idoso e da Mulher;

- Programa: 2801 - Serviço da Dívida Interna Contratada  
Ações visando o pagamento de dívidas oriundas de parcelamentos de débitos do Município, dívidas previdenciárias, de Tributos e demais dívidas fundadas a longo prazo de responsabilidade do Erário Municipal.
- Programa: 2802 - Contribuição para o Programa de Formação do PASEP  
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
- Programa: 2804 - Contribuição para a Previdência  
Contribuição e pagamento de Encargos Patronais para a Previdência Social, incidentes sobre Vantagens e Vencimentos da folha de pagamento de pessoal e sobre prestação de serviços.
- Programa: 9999 - Reserva de Contingência  
Reserva de Contingência consiste na separação de um montante de recursos (dotação orçamentária global) no orçamento do município que poderá ser utilizado em situações imprevistas definidas na legislação. Consoante disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal, a reserva de contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos (art. 5º, III, b)

Macro objetivo: 0005 - Infraestrutura

- Programa: 1501 - Planejamento e Estruturação Urbana  
Ações com a finalidade de efetuar uma melhor política de desenvolvimento e crescimento com obras de infra-estrutura e ações visando a melhoria do desenvolvimento de infra-estrutura do Município.
- Programa: 1502 - Vias e Logradouros Urbanos  
Construção, pavimentação, calçamento destinada a diversas áreas do Município, beneficiamento das Ruas e Avenidas, construção e ampliação das áreas de acesso ao centro e aos diversos Bairros.
- Programa: 1503 - Serviços na manutenção e qualidade da Limpeza urbana  
Manutenção e melhoria na qualidade dos serviços de limpeza urbana com a maior abrangência dos bairros, aquisição de material de consumo, equipamentos, serviços e pessoal para efetuar os trabalhos de limpeza pública.
- Programa: 1504 - Infraestrutura de Serviços Funerários  
Ações de melhoria da infraestrutura, manutenção, e para os cemitérios existentes na cidade.
- Programa: 1505 - Infraestrutura de Iluminação pública  
Ampliação e manutenção de rede de iluminação pública existente na cidade.
- Programa: 1506 - Infraestrutura e Serviços de Praça, Parques e jardins  
Obras de infraestrutura, manutenção e construção de Praças Parques e Jardins no Município.
- Programa: 1507 - Serviços Gerais de utilidade pública  
Manutenção dos Serviços ligados a utilidade pública.
- Programa: 1508 - Terminais Rodoviários

Construção, Reforma e Ampliação de Terminais Rodoviários, manutenção dos terminais, infraestrutura para implantação de terminais Rodoviários.

Programa: 1902 - Programa de criação de áreas digitais com acesso a Internet  
Programa de criação de áreas digitais com acesso a Internet na sede e nas diversas localidades do município, visando a inclusão digital e a melhoria na qualidade do ensino junto aos alunos do município com acesso a rede mundial.

Programa: 2304 - Promover o Desenvolvimento Sustentável  
Promover o Desenvolvimento Sustentável

Programa: 2501 - Expansão no atendimento com Energia Elétrica  
Ampliação da rede de energia elétrica, levando energia elétrica a população carente e aos pontos mais distantes do Município, melhorando de vida da população.

Programa: 2502 - Iluminação Pública Municipal  
O Programa de Iluminação Pública visa atender a população como instrumento essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno.

Programa: 2601 - Manutenção das Estradas Vicinais  
Programa de melhoria das Estradas Vicinais, no beneficiamento da malha viária municipal, com o beneficiamento de estradas vicinais, Reforma e abertura de pontes, passagens e obras d arte para o tráfego municipal.

Programa: 2602 - Construção e Pavimentação de Rodovias municipais  
Programa para pavimentação das Estradas de acesso às diversas localidades do Município. As estradas vicinais e rodovias municipais têm um papel importante para o desenvolvimento da economia e para a organização do espaço regional, servindo como redes de integração regional, direcionando os fluxos viários, regulando o escoamento da produção e garantindo o abastecimento da população nas diversas localidades Rurais e urbanas. As modalidades de transporte recaem sobre a eficiência e a rapidez nos serviços de distribuição de mercadorias (entrega ponto a ponto) e a ampla cobertura geográfica oferecida pela rede rodoviária municipal.

Programa: 2604 - Adequação e revisão da sinalização das vias estruturadoras  
Programa de revisão e revitalização da sinalização vertical e horizontal das vias estruturadoras do sistema viário da cidade, visando o melhor controle do tráfego do município.

Programa: 2703 - Lazer  
Melhoria das condições e criação de parques de lazer proporcionando recreação aos habitantes da cidade, assim como uma apropriação lúdica do espaço público.

Macro objetivo: 0006 - Cultura

Programa: 1301 - Museus, Bibliotecas, Teatros e Centros de Cultura  
Criação de Museus, Centros de Arte, incentivo ao teatro e Criação de centros de cultura no Município - Adequar e construir as instalações da biblioteca adotando os padrões mínimos de acessibilidade. Plano de Governo: Implantar biblioteca móvel para incentivar o gosto pela leitura nos distritos; Implantar cursos de teatro, de dança, artesanato e outras formas de arte;

- Programa: 1302 - Apoio e Incentivo às Artes  
Ações de apoio e incentivo a grupos culturais no Município, Festas Juninas, ações culturais, grupos de dança e demais atividades ligadas a cultura - Realizar oficinas de artes, atividades externas de lazer, esporte e viagens. Plano de Governo: Fortalecer o "Cantinho do Artesanato Local" com a criação de uma loja para os artesãos no Mercado Público de Cariré; Reestruturar a Banda de Música Municipal; Realizar a jornada Cultural da Juventude, congregando todas as manifestações culturais dos adolescentes e jovens do Município;
- Programa: 1303 - Difusão Cultural  
Movimentos de traços característicos culturais, referente a Grupos étnicos, expansão da cultura no Município, através da migração de culturas de outros grupos ou de expansão da cultura existente em gerações anteriores. Plano de Governo: Incentivar e renovar o "Carnaval Carireense" com desfiles de blocos acompanhados por trio elétrico; Apoiar e resgatar as festas populares com ênfase nos festejos juninos;
- Programa: 1304 - Política de valorização do Patrimônio Histórico Cultural  
Política de valorização do Patrimônio Histórico Cultural, fortalecer a implantação do sistema municipal da cultura, Ampliar o acesso aos bens e serviços culturais, Ampliar e fortalecer o processo de gestão democráticas, reconhecer a diversidade, fomentando as múltiplas expressões culturais, Plano de Governo: Buscar parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) para o registro e reconhecimento do patrimônio histórico (Estação ferroviária e outros), artístico (artesanato), bem como as pinturas rupestres da "Pedra do Sino" e Museu;

Macro objetivo: 0007 - Turismo

- Programa: 2302 - Promoção e desenvolvimento do Turismo  
Ações visando a implementação de políticas públicas com a finalidade de incentivar a atração de turistas para visitação junto a nossa cidade, política e divulgação das atrações turísticas locais, incentivo as festas populares no município, Turismo Esportivo, oferecer treinamentos para recepcionistas atendentes e garçons, Incentivo a instalações de hotéis e pousadas, Promoção de seminários turísticos para a melhoria do comércio local e fortalecimento da renda junto a nossa população. Plano de Governo: Estimular a visita aos pontos turísticos do Município, a exemplo de balneários, museu, patrimônio histórico, como estratégia de geração de emprego e renda;
- Programa: 2303 - Empreendimentos Turísticos  
Atração de pessoas a investir no turismo local, como uma política de renda, fortalecer as empresas que investem no ramo e apoiar o investimento no turismo local. Plano de Governo: Criar um encarte com os principais pontos turísticos do município, para divulgação nas redes sociais e em locais estratégicos;

Macro objetivo: 0008 - Empregabilidade

- Programa: 1101 - Capacitação e qualificação Profissional  
Capacitação e qualificação profissional da população para o acesso aos pontos de trabalho existentes - Criar cursos de formação profissional e apoio a inclusão socioprodutiva para geração do trabalho e renda. Programa de Governo: Criar Centro de Capacitação e Inserção Profissional do Município de Cariré, com a oferta de

cursos profissionalizantes para jovens, adultos e idosos e, sua consequente inserção no mercado de trabalho; Reativar o Projeto Click Móvel, para oferecer tanto o Curso Básico de Informática quando o avançado, com a aquisição de novos computadores; Reativar o Projeto Curso de Idiomas, com Inglês e Espanhol na sede do Município e Distritos;

Programa: 1102 - Promoção e Geração do Trabalho e da Renda  
Promoção e apoio as atividades ligadas a geração do emprego e da renda para melhoria da qualidade de vida da população.

Programa: 1103 - Fomento ao associativismo  
Apoio a criação e as atividades de associações com a finalidade de geração de emprego e renda consiste na constituição de grupos de pessoas ou de organizações que se reúnem com o objetivo de gerar soluções, bem como superar desafios e dificuldades nos mais variados âmbitos sociais, culturais, econômicos, científicos, entre outros, constituídos por pessoas que se organizam para construir uma nova forma de trabalhar e ter remuneração ou ao pleno atendimento de políticas públicas. Defendem uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades humanas, na perspectiva do bem-estar para todos.

Programa: 1901 - Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisas Científicas  
Formação de Recursos Humanos destinados a pesquisa para melhoria da qualidade de vida da população.

Programa: 2201 - Implementação de Políticas de Desenvolvimento  
Ações visando a criação de novas empresas pela produção local com finalidade de aumentar a renda da população e criar novos postos de trabalho.

Programa: 2202 - Atração de Industrias  
Ações visando a atração de indústrias para o Município, visando a melhoria do emprego e renda destinado a população local.

Macro objetivo: 0009 - Habitação

Programa: 1601 - Melhorias nas condições de Habitações Urbanas  
Construção de Casas populares, programa de melhoria nas habitações, melhoria das condições sanitárias das habitações Urbanas.

Programa: 1602 - Melhoria de Condições de Habitações Rurais  
Construção de Casas Populares, programa de melhoria nas Habitações, melhoria das condições sanitárias das habitações Rurais.

Macro objetivo: 0010 - Sanramento e Recursos Hidricos

Programa: 1701 - Abastecimento d'agua da Zona Rural  
Obras de ampliação do abastecimento d'agua da Zona Rural, construção de adutoras e de redes de abastecimento, açudes, cisternas e poços profundos destinados ao abastecimento d'agua da população residente na zona Rural. Compreende as ações voltadas para o planejamento, instalação, construção e melhoria, operação, manutenção e controle de qualidade de sistemas de abastecimento de água potável.

Programa: 1702 - Saneamento Geral na Zona Rural  
Obras de Saneamento visando a melhoria da qualidade de vida da população, e

ampliação da rede de saneamento básico do Município, compreende as ações voltadas para o planejamento, instalação, construção e melhoria, operação, manutenção e controle de tratamento, de esgotos sanitários em áreas rurais, incluindo dragagem e drenagem de cursos d'água e tratamento de outros focos possíveis de atentar contra a saúde da comunidade rural.

Programa: 1703 - Abastecimento d'água da Zona Urbana  
Obras visando a ampliação da rede de abastecimento d'água da zona urbana, ampliação da rede de abastecimento, melhoria na qualidade da água, construção de açúdes, cisternas e poços profundos para o abastecimento, Compreende as ações voltadas para o planejamento, instalação, construção e melhoria, operação, manutenção e controle de qualidade de sistemas de abastecimento de água potável.

Programa: 1704 - Saneamento Geral da Zona Urbana  
Compreende as ações voltadas para o planejamento, instalação, construção e melhoria, operação, manutenção e controle de tratamento de esgotos sanitários em áreas rurais, incluindo dragagem e drenagem de cursos d'água e tratamento de tratamento de esgotos sanitários e despejos industriais, e de melhoria do nível de higiene pública, incluindo o controle de regiões e logradouros insalubres e de outros possíveis focos de problemas atentatórios à saúde pública outros focos possíveis de atentar contra a saúde da comunidade Urbana, Ampliação e manutenção da rede de saneamento básico da zona urbana.

Programa: 1805 - Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica  
Ações e Projetos visando a melhoria na infra-estrutura hídrica municipal, destinado a criação de açúdes para piscicultura, fortalecimento da agricultura, e ampliação do acesso à água à comunidades rurais. Construções de barragens, poços, e todas as ações visando a melhoria da qualidade do abastecimento d'água e controle contra secas, interpõe a um curso d'água para retenção de grande quantidade de água. A utilização dessas águas está direcionada para usos múltiplos, tais como, abastecimento humano e animal, industrial, irrigação, piscicultura, como também, proteção contra cheias e regularização de vazão.

Macro objetivo: 0011 - Transito e Guarda Municipal

Programa: 0601 - Fiscalização e Controle do Transito Municipal  
Programa para Municipalização do Trânsito na cidade, com a manutenção dos guardas de trânsito e da sinalização, organização do trânsito local, com a finalidade de evitar veículos estacionados de todas as posições possíveis impedindo o direito constitucional de ir e vir, condutores não habilitados que põem em risco o direito à vida e a integridade da população, veículos andando de maneira irregular das formas mais variadas possíveis, pois onde não há fiscalização, abre-se margem para veículos furtados ou roubados circularem dentro do município ocasionando assim um aumento na criminalidade.

Programa: 0602 - Implantar Guarda Municipal  
Compreende as ações com vistas à preservação do Patrimônio Público, Fiscalização, Pessoal, Guarda do Patrimônio Municipal, aquisição de bens, fardamentos, cacetes, algemas e demais bens necessários a guarda e preservação dos bens públicos.

Macro objetivo: 0012 - Alimentação e Nutrição

Programa: 1009 - Assistência Alimentar e Nutricional

Ações voltadas a Assistência Alimentar da população com a finalidade de evitar a desnutrição - Adequar as cozinhas e construir refeitórios nas escolas - Alimentar os educandos da rede pública municipal durante o período escolar - Garantir a qualidade nutricional da Merenda Escolar.

Programa: 1219 - Alimentação e Nutrição  
Alimentação e Nutrição, Plano de Governo: A alimentação escolar é um instrumento eficaz para a recuperação dos hábitos alimentares adequados e na promoção da segurança alimentar nas escolas. Promover bons hábitos alimentares nas escolas, por sua vez, é trabalhar a favor de uma melhor aprendizagem, pois o aluno bem alimentado mostra um potencial maior. Plano de Governo: Fortalecer a qualidade da merenda escolar, com a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar; Construir refeitórios nas escolas que ainda não possuem;

Macro objetivo: 0013 - Meio Ambiente

Programa: 1801 - Proteção e preservação ambiental  
Preservação do meio ambiente, das matas, fauna e flora dentro dos limites do Município. Compreende as ações de planejamento, implantação, coordenação e manutenção que visam a defesa da fauna e da flora, a preservação e conservação de áreas e ecossistemas, a proteção de áreas urbanas e rurais contra possíveis danos causados por secas e inundações, bem como a proteção dos solos contra os desgastes ocasionados pelo homem ou pela natureza. Plano de Governo: Estimular a educação ambiental nas escolas; Estimular a coleta seletiva do lixo; Realizar orientação para a preservação da mata ciliar de rios e mananciais; Preservar o meio ambiente, plantando árvores nativas e protegendo as águas; Estimular a plantação de árvores frutíferas nos quintais;

Programa: 1802 - Melhoria de Qualidade de Meio Ambiente  
Ações visando a integração da sociedade com meio ambiente, pesquisas e ações de reciclagem, serviços de informações sociais sobre a importância do Meio Ambiente, políticas de reaproveitamento e coleta seletiva de lixo. Plano de Governo: Desenvolver plano ambiental, com reflorestamento e paisagismo das ruas e avenidas da Cidade e dos Distritos;

Programa: 1803 - Recuperação de Areas Degradadas  
Ações reflorestamento nativo e recuperação de areas degradadas na necessidade de melhoria do meio ambiente.

Programa: 1804 - Conservação e Proteção dos Recursos Hídricos  
Ações visando a melhoria na qualidade de rios e nascedouros, qualidade da água no Município, ações visando evitar a poluição e a inviabilidade dos recursos hídricos Municipais.

Programa: 2503 - Políticas na geração de Energia Elétrica limpa  
Políticas para implantação de programas para geração de energia elétrica limpa através de novos meios tecnológicos para geração de energia elétrica

Macro objetivo: 0014 - Agricultura

Programa: 2001 - Sementes e Mudas  
Programa de distribuição de sementes e mudas destinados ao pequeno produtor rural do município, programa de distribuição de acordo com a capacidade de produção e de

- sementes que se enquadrem com o solo e o local do plantio do município com a finalidade de aumentar a produção agrícola local.
- Programa: 2002 - Hortas e Pomares Comunitários  
Programa de criação de hortas e pomares comunitários destinados a produção de hortifrutigranjeiros destinada a população diminuindo os custos de aquisição e melhoria na qualidade da alimentação.
- Programa: 2003 - Amparo ao pequeno produtor Agrícola  
Programa de amparo ao pequeno produtor agrícola com a implementação de políticas de apoio ao pequeno produtor da zona rural - Prestar assistência técnica aos produtores rurais facilitando o acesso ao crédito perante as instituições financeiras competentes, apoiar os produtores do Setor Primário, inserir produtos agrícolas produzidos no município na merenda escolar, aproveitamento dos Recursos Hídricos para Produção de Frutas e Verduras com Suporte Técnico e garantia de Preço mínimo, centro de comercialização dedicado a venda de Produtos provenientes da agricultura Familiar, Implantação de Poços Profundos, para atender ao consumo doméstico e ao mercado local, Formação de Banco de horas para a aração de terras dos pequenos produtores, Construção de cisternas, com apoio do Governo Federal, Construção de Fogões ecológicos com apoio do Governo Estadual e demais finalidades que venha a beneficiar a agricultura local.
- Programa: 2004 - Matadouros públicos  
Ações de Infraestrutura e Manutenção de Matadouros Públicos, evitando a clandestinidade, aspectos essenciais a conservação e higiene visando a melhoria da qualidade ao mercado consumidor local, instalações adequadas para a matança de quaisquer das espécies de açougue, visando o fornecimento de carnes em natureza de comércio interno, com ou sem dependências para a industrialização, instalações e aparelhagem para o aproveitamento completo e perfeito de todas as matérias-primas e preparo dos subprodutos não comestíveis, as possibilidades de lucro com o abate de animais.
- Programa: 2005 - Amparo ao produtor da pesca  
Programa de apoio ao pescador visando a melhoria e a doação de redes e do apoio ao manejo e implementação de projeto de piscicultura, apoios às Comunidades que vivem em função da pesca, programa de incentivo e desenvolvimento da pesca, incentivo à Piscicultura: Aproveitamento dos Lagos, Lagoas e açudes para o criatório de peixe em cativeiro e demais atividades de pesca.
- Programa: 2007 - Defesa Sanitária Vegetal  
Ações destinadas a prevenir, retardar ou impedir a entradas de novas pragas na lavoura do pequeno produtor rural.
- Programa: 2008 - Defesa Sanitária Animal  
Promover ações com objetivo de erradicação de doenças e controle da enfermidade do rebanho animal de bovinos, ovinos e caprinos, incentivo à produção animal. Melhoramento genético dos rebanhos, implantação de um laboratório veterinário, aquisição de material para inseminação artificial.
- Programa: 2009 - Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Ações de fortalecimento da Agricultura Familiar com projeto promovendo a manutenção do homem do campo.
- Programa: 2010 - Irrigação

Ações para promover políticas de irrigação para melhoria da produção vegetal.

Programa: 2011 - Extensão Rural  
visa melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre a agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social.

Programa: 2203 - Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas  
Ações de fortalecimento a nível municipal a abertura e manutenção das Micro e Pequenas empresas tirando o pequeno empreendedor da informalidade, políticas visando o fortalecimento das atividades geradoras de emprego e renda com o apoio a empresas do seguimento.

Programa: 2301 - Promoção Interna do Comércio  
Ações visando a ampliação do comércio local, implementação uma política de criação de novos postos de comércio.

Macro objetivo: 0015 - ESPORTE

Programa: 2701 - Desporto de Rendimento  
Ações referentes à programação, promoção e realização de eventos desportivos, apoiar e criar condições para o desenvolvimento do desporto, fator de desenvolvimento desportivo, pois para além do invulgar impacto no plano social, gera um interesse e entusiasmo pelo desporto que acaba por contribuir para a generalização da prática desportiva. Plano de Governo: Concluir a construção do Estádio Municipal; Fortalecer a prática esportiva, com a distribuição de materiais aos times;

Programa: 2702 - Desenvolvimento do Desporto  
Melhoria na infra-estrutura Desportiva municipal com a construção e manutenção de ginásios e quadras desportivas destinadas a comunidade e principalmente a juventude a praticar esportes. Plano de Governo: Construir quadras de esportes em Tapuíó, Almas, Cacimbas, Anil e Aroeiras; Implantar jogos escolares; Fortalecer campeonatos de esportes a nível municipal e intermunicipal; Implantar na sede e nos distritos aulas de vôlei, futsal, basquete para atender as crianças e adolescentes do município;





ESTADO DO CEARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRÉ



**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLATURA, JUSTIÇA, REDAÇÃO FINAL, FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS (Art.40, Parágrafo Único, I, do Regimento Interno).**

**PROJETO DE LEI Nº 11/2023 DE 10 DE ABRIL DE 2023**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO: MARIA LUCY XIMENES DE ALMEIDA**

**RELATOR: ROBSON RIBEIRO DE AGUIAR**

**MEMBRO: JOSÉ PINHEIRO MESQUITA**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RELATÓRIO:**

Trata-se do Projeto de Lei Nº 11/2023, de iniciativa da Prefeitura Municipal de Cariré, de autoria do Chefe do Poder Executivo, Antônio Rufino Martins, no qual dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências.

**VOTO:**

No que consiste à sua constitucionalidade e legalidade formal, pode-se dizer que o Projeto de Lei em pauta se mantém coerente e em consonância com os dispositivos constitucionais e legais atinentes à competência legislativa e a iniciativa.

Assim, pode-se dizer que o Projeto é regular, posto que respaldado nas normas constitucionais e também nas normas constantes da Lei Orgânica do Município de Cariré. Desta forma, restam preservadas as normas jurídicas de iniciativa e competência referentes ao processo legislativo da proposta em análise.

Tendo-se, portanto, a observância das regras e princípios constitucionais, no sentido material. É dizer: que o objetivo desta Lei não viola qualquer regra jurídica hierarquicamente superior a ela vigente em nosso ordenamento jurídico.

Por fim, vale ressaltar que, em relação a técnica legislativa, o Projeto de Lei não merece qualquer reparo, estando devidamente estruturado.

**PARECER:**

Por todo o exposto, tendo em vista que o Projeto de Lei encontra-se de acordo com os dispositivos legais mencionados e estando devidamente obedecidas a competência em razão da matéria e a iniciativa geral, mostrando-se formal e materialmente constitucional, e, ainda, primando pela BOA e CONCISA técnica legislativa, esta comissão é favorável à aprovação do **Projeto de Lei Nº 11/2023**.

SALA VEREADOR LUCAS RODRIGUES DE BRITO, EM 26 DE ABRIL DE 2023.

ROBSON RIBEIRO DE AGUIAR  
RELATOR